

ATA DA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas do dia vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, no auditório do Ministério Público de Roraima, Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro, Boa Vista/RR, onde presentes se encontravam o Dr. JOSÉ VALDO SILVA, Presidente do CNOMP e Ouvidor do Ministério Público do Ceará; Dr. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA, Ouvidor do Ministério Público do Acre; Dra. MARÍLIA DE CAMPOS SOUZA, Ouvidora do Ministério Público da Bahia; Dr. GABRIEL DE SOUZA CARDOSO, Ouvidor do Ministério Público do Espírito Santo; Dr. NILO MENDES GUIMARÃES, Ouvidor do Ministério Público de Goiás; Dra. MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA, Ouvidora do Ministério Público do Maranhão; Dra. RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO, Secretária do CNOMP e Ouvidora do Ministério Público de Minas Gerais; Dr. ANTÔNIO CESAR CIOFFI DE MOURA, Ouvidor do Ministério Público do Paraná; Dr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI, Ouvidor do Ministério Público de Pernambuco; Dra. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES, Ouvidora do Ministério Público do Piauí; Dr. PAULO GOMES PIMENTEL JÚNIOR, Ouvidor do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Dr. LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO, Ouvidor do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Dr. ALEXANDRE AUGUSTO CORBACHO MARTINS, Ouvidor do Ministério Público de Rondônia; Dr. SALES EURICO MELGAREJO FREITAS, Vice-Presidente do CNOMP e Ouvidor do Ministério Público de Roraima ; Dr. GUIDO FEUSER, Vice-Presidente do CNOMP Ouvidor do Ministério Público de Santa Catarina; Dr. FERNANDO JOSÉ MARQUES, Ouvidor do Ministério Público de São Paulo; Dra. LÚCIA BEATRIZ MAGALHÃES DE MATTOS, Ouvidora do Ministério Público Militar; Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Ouvidora do Ministério Público Federal; aconteceu a XVIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União. Realizada a **abertura solene do evento** pelo Cerimonial do MP/RR, compuseram a mesa as seguintes autoridades: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Dr. FÁBIO BASTOS STICA; O Juiz de Direito, Dr. BRENO COUTINHO, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; o Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público – CNOMP, Dr. JOSÉ VALDO SILVA; O Ouvidor-Geral do Ministério Público de Roraima, Dr. SALES EURICO MELGAREJO FREITAS; Dra. STELLA MARIS KAWANO D'ÁVILA, Corregedora do Ministério Público de Roraima; Dr. MARCO ANTÔNIO BORDIN DE AZEREDO, Presidente da Associação do Ministério Público de Roraima; e a Secretária do CNOMP, Dra. RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO. Executou-se o Hino Nacional Brasileiro e na sequência foram realizadas algumas apresentações artísticas. Encerradas as apresentações, o Dr. FÁBIO BASTOS STICA em primeiro, e o Dr. SALES EURICO MELGAREJO FREITAS em seguida, falaram da importância da reunião do CNOMP naquele estado e agradeceram as presenças e o esforço de todos para a realização do evento. Em seguida, o Presidente do CNOMP, Dr. JOSÉ VALDO SILVA cumprimentou os presentes, elogiou e destacou características sociais importantes da região, e abordou assuntos afetos às funções da Ouvidoria. Passada a palavra ao Dr. FÁBIO BASTOS STICA, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, o mesmo teceu comentários sobre

peculiaridades do estado de Roraima e convidou os visitantes para conhecerem melhor o estado através das palestras que se seguiriam. Em seguida a mesa foi desfeita para que todos pudessem assistir as palestras. A primeira palestra foi proferida pelo Prof. Dr. JAIME DE AGOSTINHO que, com o tema: “Roraima”, abordou os aspectos históricos e geográficos do estado. A segunda palestra foi proferida pelo Prof. Dr. EDSON DAMAS DA SILVEIRA, com o tema “Jusdivercidade e Interlegalidade Amazônica”. A terceira e última palestra da manhã foi proferida pelo líder indígena JONAS MARCOLINO, que falou sobre o idioma macuxi; sobre o artigo 231 da Constituição Federal; sobre a aplicação dos Direitos Humanos aos indígenas e sobre os Direitos indígenas originários. Ao final das palestras encerrou-se a cerimônia de abertura. Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, no auditório do hotel Aipana Plaza, Praça Centro Cívico, nº 974, Centro, Boa Vista/RR, o Presidente declarou reaberta a reunião e registrou agradecimentos ao Procurador-Geral de Justiça e ao anfitrião, Dr. SALES EURICO MELGAREJO. A seguir, o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Dr. FÁBIO BASTOS STICA, discorreu sobre a necessidade do CNMP e do CNJ observarem melhor as peculiaridades e dificuldades das instituições localizadas na região norte, e ressaltou inclusive a importância da representação dessa região nos conselhos nacionais. Teceu comentários sobre o relacionamento entre as Ouvidorias e as Procuradorias Gerais de Justiça, sobre o processo de maturação das Ouvidorias, sobre as peculiaridades do Estado de Roraima e sobre o Ministério Público daquele Estado, sobre a importância da divulgação da função da Ouvidoria para a população, sobre a importância da união entre o Ouvidor, o Corregedor e o Procurador-Geral, assim como de uma dotação orçamentária própria para que as Ouvidorias exerçam suas nobres atribuições com independência. Por fim, aventou a possibilidade de uma reunião conjunta entre o Colégio de Procuradores Gerais e o Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público. Em seguida, o Presidente Dr. JOSÉ VALDO, complementou o tema abordado pelo Dr. FÁBIO STICA, ressaltando a necessidade do fortalecimento do Conselho Nacional dos Ouvidores, bem como das Ouvidorias. Passada a palavra ao Dr. PAULO GOMES PIMENTEL JÚNIOR que confirmou a possibilidade da reunião entre os citados colegiados, no dia 31 de outubro do corrente ano, das 15:50h às 17:00h. **Definiu-se**, na ocasião, o Rio Grande do Norte como **local da XIX Reunião** Ordinária do CNOMP. A Dr.^a ELA WIECKO, cumprimentou o Dr. FÁBIO BASTOS e o Dr. SALES EURICO e elogiou a organização do encontro em Roraima. O Presidente comunicou a aprovação pelo CNMP da resolução que disciplinou as Ouvidorias e, a seguir, reiterou agradecimentos ao apoio dado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. FÁBIO STICA à reunião do CNOMP. No tocante ao instrumento normativo adequado para constituição das Ouvidorias dos Ministérios Públicos, o Dr. PAULO GOMES, reiterou a necessidade de promulgação de Lei. Na sequência, o Dr. ANTONIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO, Diretor-Geral do Ministério Público de Roraima, discorreu sobre a “Criação de Rubrica Orçamentária nos Ministérios Públicos dos Estados e da União, para atender as Ouvidorias”. O palestrante ressaltou a impossibilidade de orçamento próprio para as Ouvidorias, tendo em vista que o Procurador-Geral de Justiça é o ordenador

de despesas; falou da possibilidade de alocação dos recursos para a Ouvidoria; informou sobre os métodos para a alocação desses recursos através de inclusão no PPA, LDO e LOA; falou sobre a possibilidade de inclusão da Ouvidoria em programa finalístico; explicou como funciona a questão orçamentária da Ouvidoria do Ministério Público de Roraima na atualidade e como poderá vir a funcionar. Ao final da palestra, o Presidente Dr JOSÉ VALDO agradeceu ao palestrante e ressaltou a importância do tema, dando início aos debates. Dr. GABRIEL DE SOUZA questionou sobre a possibilidade de dotação orçamentária própria para as Ouvidorias e sua legalidade. Dr. ANTÔNIO CÉSAR entendeu ser necessário definir o papel institucional da Ouvidoria antes de se definir um orçamento próprio, já que não há consenso sobre as atribuições das Ouvidorias nem mesmo dentro dos próprios Ministérios Públicos, e complementou afirmando não ser este o momento político próprio para se discutir a independência financeira das Ouvidorias. O Presidente DR JOSÉ VALDO defendeu posição ousada da Ouvidoria e sua maior abrangência em defesa da sociedade. Dr. LUIZ CLÁUDIO questionou se a concessão de diárias, no caso de alocação de recursos, continuaria dependendo da boa vontade do Procurador-Geral. O palestrante respondeu e acrescentou algumas informações suplementares. Dra. IVONEIDE ASSUNÇÃO esclareceu que a Corregedoria do Ministério Público do Piauí enfrenta grave problema, porque embora tenha dotação orçamentária não consegue fazer uso dos recursos. A seguir, Dra. MARILÉA CAMPOS agradeceu ao Dr. SALES EURICO a recepção e acolhimento e concordou que a Ouvidoria deve ser efetiva na resolução dos problemas e anseios da sociedade. O Dr. FÁBIO STICA sugeriu a inserção do orçamento da Ouvidoria no planejamento estratégico, bem como o fortalecimento das Ouvidorias junto à suas instituições, uma vez que, mesmo havendo dotação orçamentária própria para as Ouvidorias, o ordenador de despesas continua sendo o Procurador-Geral de Justiça que responde perante o Tribunal de Contas e Conselho Nacional do Ministério Público. Seguiu-se o debate sobre a alocação orçamento próprio das Ouvidorias. Com a a palavra a Dra. RUTH LIES lembrou que a Ouvidoria tem assento constitucional por imposição legal e foi regulamentada pelo CNMP, razão pela qual seria oportuna a inclusão de seu orçamento no planejamento estratégico para a consecução de suas atribuições. O Presidente solicitou à Dra. RUTH que prestasse informações sobre as Atas das Reuniões Ordinárias do CNOMP. A Secretária sugeriu que ficasse ao encargo do anfitrião designar servidor para proceder as anotações da matéria de batida e conclusões das reuniões para confecção das atas, uma vez que a degravação do inteiro teor das gravações tem um custo muito alto. Fazendo uso da palavra Dr. FERNANDO JOSÉ sugeriu ou que fosse anotada em ata apenas a conclusão dos debates, disponibilizando-se o inteiro teor em CD ou DVD aos presentes. Para ilustrar a necessidade de anotação, a Dra. RUTH noticiou a dificuldade para registrar a reforma do estatuto em cartório, já que foi exigido para tanto, descrição pormenorizada das alterações, forma anterior e nova forma, item por item. Após os debates, a proposição foi aprovada por unanimidade. Em seguida, fazendo uso da palavra, Dr. LUIZ CLÁUDIO colocou em discussão o quórum da associação para alterações no estatuto, e indagou se a matéria seria regida ou não pelo Código Civil. Foram justificadas as ausências de

Ouidores e dadas as boas vindas ao Dr. ALEXANDRE AUGUSTO, Ouvidor do MP/RO, que proferiu palavras de agradecimento a todos. Em continuação, o Dr. SALES EURICO informou que a ausência do técnico da ANATEL para falar padronização do número “127” pelas Ouvidorias, deveu-se à informação da ANATEL de que em Roraima não dispõe de técnicos com qualificação técnica para prestar esse tipo de informação. Com a palavra a Dra. MARÍLIA DE CAMPOS que informou a respeito do funcionamento da Ouvidoria no Estado da Bahia, informou que possui a infraestrutura necessária para resolução dos conflitos e pretensões da sociedade baiana. Na sequência, a Dra. LÚCIA BEATRIZ, Ouvidora do MPM, agradeceu a todos pelo evento e informou da impossibilidade de adaptação ao “127” por parte do Ministério Público Militar, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho. Dr. PAULO GOMES questionou a possibilidade de uma empresa terceirizada responsabilizar-se por uma central de atendimento para receber e redirecionar ligações efetuadas e prestar informações sobre as reclamações protocolizadas, vinte e quatro horas por dia. Ao final, o Presidente DR JOSÉ VALDO convidou os Ouidores para o Terceiro Encontro Nacional dos Operadores do Direito. Agradeceu a presença de todos, em especial do Dr. SALES EURICO e do Dr. FÁBIO STICA, e informou a respeito da continuidade da presente reunião no dia seguinte, encerrando-se a sessão do dia. Às nove horas do dia vinte e três de agosto foi **reaberta** a reunião. O Presidente abordou o tema “Representatividade do CNOMP junto ao CNMP” para informar que a reunião do CNOMP com o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais ficaria prejudicada, tendo em vista audiência marcada para o dia 31 de outubro, às 15h50, no Rio Grande do Norte, onde se realizará a décima nona reunião. O Presidente passou a palavra aos membros do colegiado para que cada um se manifestasse sobre o tema. Dra. ELA WIECKO manifestou-se no sentido de que essa representatividade fosse amadurecida, sendo oportuno o aguardo da nomeação do novo Ouvidor do CNMP, para aprofundamento do debate. O Presidente sugeriu a formação de uma comissão para análise e discussão da questão com o novo Ouvidor Nacional, com o CNMP e respectivos gestores. Os Drs. GUIDO FEUSER; IVANEIDE ASSUNÇÃO, LUIZ CLÁUDIO, FERNANDO JOSÉ, MARILÉA CAMPOS, SALES EURICO, RUTH LIES, MARÍLIA DE CAMPOS, ANTÔNIO CARLOS, GABRIEL DE SOUZA, PAULO GOMES e ANTÔNIO CÉSAR, seguiram o entendimento da Dra. ELA WIECKO. Defenderam, também, a criação da comissão proposta pelo Presidente para alinhar os termos legais, bem como as proposições a serem apresentadas na próxima reunião em relação à representatividade a Dra. Ivoneide Assunção Tavares Rodrigues, Dra. Ruth Lies Scholte Carvalho, Dra. Marília de Campos Souza, Dr. Gabriel de Souza Cardoso. O Dr. NILO MENDES entende que não existe necessidade da representação suscitada, eis que Ouvidorias já gozam de autonomia suficiente e defendeu a posição adotada pela Dra. ELA WIECKO, no sentido de que seja aguardada a definição do novo Ouvidor do CNMP. A Dra. ELA defendeu ainda maior clareza com relação as atividades exercidas pela Ouvidoria, ao entendimento de que essa atuação deve ser restritiva ao âmbito de atuação do Ministério Público, não sendo oportuno buscar, por ora, a representatividade junto ao CNMP para indicar o nome do Ouvidor

Nacional. O Presidente apresentou sua divergência, ao entendimento de que a Ouvidoria detem maior atribuição perante a sociedade, mas deixou claro que a decisão deve ser democrática. A título de sugestão de matérias a serem discutidas pela comissão constituída, a Dra. RUTH LIES apresentou os seguintes tópicos: criação das Ouvidorias através de lei, nos estados que ainda não o fizeram; projeto de lei que visa à representatividade do CNOMP, a exemplo do Conselho Nacional de Procuradores Gerais; rubrica relativa à Ouvidoria no orçamento do Ministério Público; oitiva do CNOMP na escolha do Ouvidor Nacional. O Presidente interrompeu a sessão para um pequeno **intervalo**. Na continuação dos trabalhos, o Presidente comunicou que ficou **definida a data de 30 de outubro de 2013** para realização da **XIX Reunião Ordinária** do CNOMP, que ocorrerá em Natal/RN, restando incluído na pauta o resultado do trabalho a ser elaborado pela comissão, e a data de **31 de outubro de 2013** para a reunião do CNOMP com o Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Ficou definido também o local e a data da **XX Reunião Ordinária** do CNOMP (primeira reunião da nova diretoria e comemoração dos cinco anos do CNOMP), que ocorrerá em Ouro Preto/MG, nos dias 13 e 14 de março de 2014. Foi discutida a possibilidade de realização da XXI Reunião, nos dias 29 e 30 de maio de 2014, no Rio de Janeiro. Após amplo debate, foi esclarecido que o regimento do presente órgão colegiado define que as reuniões sejam realizadas trimestralmente, porém, a data da reunião coincidirá com a realização da copa do mundo, sendo prudente, não marcar reunião nesse período. O Presidente esclarece que as reuniões de Natal (30 e 31 de outubro) e de Ouro Preto (20 e 21 de março de 2014) já estão definidas, ressaltando que entregará o cargo em março, sendo oportuno deixar a cargo do novo presidente do CNOMP a definição das futuras reuniões. Na sequência, submeteu ao colegiado, a escolha do quantitativo de membros que comporá a comissão, bem como seus integrantes. Após amplo debate, definiu-se que serão três os integrantes da comissão do CNOMP. Fazendo uso da palavra, Dr. CARLOS ROBERTO, Ouvidor do MP/AC, arguiu que seria inoportuno pleitear representatividade junto ao CNMP, já que os Ouvidores não possuem assento nem mesmo nos Conselhos das suas respectivas Instituições. Defendeu a necessidade de solidificar a estrutura de cada Ouvidoria dentro de seu território, antes de se almejar representatividade junto ao CNMP. O Presidente fez apontamentos sobre a edição da Resolução nº 95, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, e acrescentou que alguns órgãos ministeriais ainda não sinalizaram sobre a adequação à regulamentação. Esclareceu que um dos pontos da pauta de discussão com os Procuradores-Gerais seria a implementação e cumprimento da mencionada resolução. Dra. RUTH LIES ratificou os **temas indicados para análise da comissão**. Foram indicados os seguintes nomes para comporem a comissão: Dra. ELA WIECKO WOLKMER DE CASTILHO, Dr. PAULO GOMES PIMENTEL JÚNIOR e Dr. LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO. Após discussão, os nomes foram aprovados pelo órgão colegiado. Ficou estabelecido que a comissão se reunirá depois da indicação do Ouvidor Nacional, em data a ser confirmada pela comissão à diretoria. O Presidente passou a palavra à Dra. RUTH LIES, que informou a respeito da

padronização e definição das novas classificações de manifestações que deverão ser adotadas pelas Ouvidorias, para fins de estatística e utilização dos dados pelo CNMP. As classificações são as seguintes: denúncia, reclamação, informação, solicitação de providências, críticas, sugestão e elogios. Ressaltou que inicialmente a data de implementação seria 1º de agosto de 2013, porém, devido ao atraso na divulgação e publicação das alterações pelo CNMP, faz-se necessária a definição de nova data para utilização dessas novas classificações e encaminhamento de relatório ao CNMP. Ficou definido que todas as Ouvidorias implementarão a nova classificação até **01 de outubro de 2013**. Dra. RUTH LIES comunicou o convite feito à Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais para integrar uma rede de comunicação entre as Ouvidorias Geral do Estado, do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios. Dra. IVANEIDE ASSUNÇÃO, Ouvidora do MP/PI, deu ciência ao membros da existência de um sistema semelhante no estado do Piauí. O Presidente informou a quem demonstrasse interesse em implementar algo nesse sentido em seu estado, que solicitasse mais informações por e-mail. Com relação a reunião de diretoria, informou que será estabelecida uma data para sua realização, quando serão definidas as suas metas. Dando continuidade, o Presidente informou que todos os temas da pauta foram enfrentados e, por fim, agradeceu a presença de todos os Ouvidores. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou a sessão encerrada, da qual eu, RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente Dr. JOSÉ VALDO SILVA.

JOSÉ VALDO SILVA

Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público

RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO

Secretária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público